

ANÁLISE DE UM LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NO CURRÍCULO ESCOLAR

Maria Raiana Barbosa dos Santos¹
Manuela Felix Oliveira Leal²
Paulina Gessika Ferreira da Silva³

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar a análise de um Livro Didático de História, com o objetivo de verificar como o livro aborda a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e qual a contribuição do mesmo para que o aluno compreenda a importância da contribuição do povo africano e indígena na construção da história do nosso país. Para esta análise realizamos pesquisas bibliográficas embasadas nos estudos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), das leis 10.639/03 e 11.645/08 e de alguns autores como Regina Marques Parente (2009), Jaime Pinsky (2010), Nilma Lino Gomes (2017), dentre outros materiais disponíveis e discussões realizadas durante as aulas do Componente Curricular Cultura Afro-Brasileiras e Indígena. Para isso, foi analisado, além dos conteúdos textuais dos capítulos, as imagens e as atividades, incluindo os textos para interpretação.

Palavras-chave: Legislação educacional, Cultura afro-brasileira e indígena, livro didático.

INTRODUÇÃO

O livro didático é a ferramenta principal que norteia a maioria dos professores e alunos das redes pública e privada de ensino do país. Não é de hoje que ele é objeto de estudo e crítica por parte dos educadores e pensadores do nosso país. Por vezes, ele não existe em quantidade suficiente para atender a demanda de alunos de determinada escola; noutras vezes ele não aborda assuntos considerados importantes para a construção do conhecimento; ou ainda traz de forma muito simplificada e superficial a temática tratada neste estudo.

¹ Graduada do Curso de **Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, raianasantosagora2012@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de **Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, manuela.felix18@yahoo.com.br ;

³ Graduada do Curso de **Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, paulinagessika2011@hotmail.com;

Na esfera pública, o livro didático é distribuído gratuitamente e serve como orientador dos temas que os alunos precisam aprender como requisito mínimo para as avaliações externas ao ambiente escolar. Mas, o que ele tem ensinado aos estudantes a respeito da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”, uma vez que a mesma tornou-se obrigatória no currículo básico nacional através das leis 10.639/03 e 11.645/08?

Com essa indagação, o presente trabalho pretende apresentar discussões sobre o livro ENCONTROS, Ciências, História e Geografia dos autores Denise Mendes, Mônica Jakievicius² e Roberto Giansanti³ – 5º ano, 1ª edição, de 2018.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) traz a seguinte determinação:

Edição de livros e de materiais didáticos, para diferentes níveis e modalidades de ensino, que atendam ao disposto neste parecer, em cumprimento ao disposto no Art. 26A da LDB, e, para tanto, abordem a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA, 2004, p. 25).

Já no parágrafo 1º do Art. 26-A da Lei nº 11.645, de 08 de março de 2008 encontramos a seguinte redação:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008.).

Segundo seu Histórico, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se no Brasil, com outra denominação, em 1937. [...] Ele visa à distribuição do livro didático a estudantes das escolas públicas e hoje atende a educação básica nacional, excetuando-se a educação infantil. [...] Desde

1985 os professores participam da escolha dos livros didáticos a serem adotados (BRASIL, 2017).

Ao longo dos últimos anos, além de contemplar as diversas áreas do conhecimento, o programa passou a atender alunos dos anos iniciais do ensino fundamental ao ensino médio, inclusive na modalidade de educação dos jovens e adultos.

O livro didático assume importância relevante, pois não seria possível ao aluno copiar de próprio punho o conteúdo ministrado em todas as aulas. Como se sabe, o tempo destinado à disciplina de História é curto e compromete um estudo mais profundo acerca da historiografia africana que está contida no livro aqui citado. Além disso, ele também auxilia como fonte de pesquisa na hora da resolução das atividades, na escola ou em casa e serve de guia aos professores na hora da elaboração das suas aulas. Mas, esse material precisa ser analisado como referência e ser confrontado, repensado e discutido por alunos e professores.

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10.639/2003 E A 11.645/2008.

A escola se configura um campo de desenvolvimento de saberes essenciais que vão além do teor conteudista, sendo assim é também nele que se constrói a cidadania, por meio da viabilização da aquisição dos conhecimentos existentes produzidos pela humanidade ao longo dos tempos. Sabemos que a educação escolar voltada para igualdade social, a partir de um viés mais democrático, partindo do respeito a diversidade surge, por meio de mecanismos de inclusão da cultura africana e indígena na escola como obrigatoriedade, isso só foi possível, através da implementação das leis 10.639/2003 e a 11.645/2011.

O processo que se configurou na aprovação das leis 10.639/2003 e a 11.645/2008 foi de acirradas lutas dos movimentos populares, a exemplo da “importância do papel histórico do Movimento Negro brasileiro, sua contribuição no combate ao mito da democracia racial, na denúncia aos privilégios da branquidade” (PARENTE, 2009, s/p), nesta direção o movimento negro se revelou um agente político no intuito de reivindicar os direitos da população negra e criar mecanismos de enfrentamento a visão eurocêntrica de representatividade que assolava os estudos sobre

a escravidão na escola, isto quer dizer, o movimento propusera não o olhar do colonizador na elaboração do que era posto nos livros, mas a visão do povo afro-brasileiro.

A partir da década de 1980, outro importante elemento impulsionava a conquista da educação das relações étnico-raciais e indígena, se trata portanto da promulgação da constituição federal de 1988, com ela novas configurações de entrar em vigor políticas públicas afirmativas de combate às desigualdades sociais foram deliberadas tais como “ações afirmativas para a população de afrodescendentes, implementação de cotas, projetos de inserção do negro no mercado de trabalho e ações específicas na área da cultura e da educação de afrodescendentes e indígenas” (SILVA; FONSECA, 2010, p. 20), sem dúvidas esse foi um passo imprescindível no Brasil na consolidação da abertura de novas possibilidades de repudiar a desumanidade e resgatar a dignidade humana.

Um aspecto basilar na construção de um currículo escolar centrado na alteridade ofertando também novas perspectivas ao multiculturalismo é os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ao propor como um dos seus temas transversais a pluralidade cultural, de acordo com PCNs Pluralidade (2001), explicita que a diversidade cultural deve estar presente nos conteúdos, com intuito didático para potencializar a diminuição da distância quanto as questões de dignidade, igualdade e aos direitos, trabalhados não isoladamente, mas na dimensão de se fazer conhecer as singularidades existentes no Brasil.

Dessa forma, o currículo faz parte de um processo de construção de um conhecimento mais amplo e aprofundado sobre a identidade do povo brasileiro, não mostrando apenas o ideário de educação organizado pelo olhar da classe dominante, sendo assim esse documento PCN descortina a oferta da edificação de um currículo integral, no qual está embasado numa proposta de educação libertadora, em que o educando possa se reconhecer enquanto sujeito histórico e de direitos que “nega os comunicados e existência a comunicação” (FREIRE, 2014, p.94).

É de extrema relevância lembrarmos do papel da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, porque ela reacende o princípio de uma educação mais democrática estimando a valorização da diversidade cultural na sociedade brasileira e pondo em evidencia que a prática educativa não é inerente somente ao espaço escolar, pois a educação se realiza em outras instituições.

No artigo I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, encontramos que a educação se reafirma para além da escola:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 1996, s/p)

O contexto da educação no Brasil dá ênfase, a partir deste enunciado acima que ela é resultado da participação dos sujeitos em diferentes grupos sociais, ao longo do seu desenvolvimento humano. Na LDB o estudo da história e da cultura afro-brasileira surge com a alteração no artigo 26-A, se tratando a lei 10.639/2003 não específica, porém traz um caráter de especificidade em termo do combate ao racismo na grade do currículo escolar, portanto em 2003 foi sancionada e suas atribuições seguia a obrigatoriedade nos livros didáticos de propor no ensino de história atribuições mais esclarecedoras sobre a cultura afro-brasileira, mais tarde outra significativa mudança ligada as políticas públicas educacionais que estabelece uma complementação a lei 10.639/03 que é a obrigatoriedade da temática indígena, a partir da lei 11.645/2008, inclusive é essencial destacar que tais avanços no currículo escolar, também se respinga na formação continuada dos educadores e na educação superior, por meio das licenciaturas em ofertar disciplinas que trabalhem o estudo, a respeito da cultura afro-brasileira e indígena.

A aprovação dessas leis muda todo o conceito existente sobre a percepção do negro e do índio no cenário da história do Brasil que vinha sendo trabalhado de uma maneira camuflada e inviabilizada de fatos verídicos nos livros didáticos, especialmente na matéria de história, vale salientar que a luta do movimento negro tem importante papel na cobrança na fiscalização do cumprimento dessas leis no âmbito escolar, nesta perspectiva nas palavras de Nilma Lino Gomes (2017) traz no bojo da argumentações a conversação entre essas leis e a participação do movimento negro, quando diz:

Foi também no início do terceiro milênio que uma demanda educacional do movimento negro desde os anos de 1980 foi finalmente contemplada. Em 2003 foi sancionada a lei 10.639/03, incluindo os artigos 26 A e 79 B e tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos Ensinos Fundamental e Médio. Regulamentada pelo parecer CNE/CP 03/04 e pela resolução CNE/CP 01/04, essa lei foi novamente alterada pela lei 11.645/08, com a inclusão da temática indígena. (GOMES, 2017, p. 35/36)

Nesse sentido, a autora nos revela que o movimento negro foi um grande agente político educacional em torno da sua organização frente a reivindicação por uma educação que respeita as várias manifestações culturais no Brasil, seja a causa negra ou indígena, a implementação dessas políticas se torna a resposta para este movimento em incorporar a inserção desses povos a condição de cidadãos e o alcance da sua representatividade no meio social, político e cultural.

É a partir dessas leis que o livro didático passa a conter de forma mais esclarecedora a história real da escravidão no Brasil, vista sob a ótica do escravo e não do colonizador e o indígena assume uma participação mais efetiva no contexto de enaltecimento da sua cultura.

Logo após este percurso de reflexões teóricas trataremos de verificar se o que está posto na legislação educacional é direcionado para a realidade na escola, através da ferramenta didática de utilização tanto do estudante, quanto do educador: o livro didático de história dos anos iniciais do ensino fundamental I.

METODOLOGIA

O presente trabalho intitulado “Análise de um livro didático de história: a cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar” além de partir da modalidade de pesquisa bibliográfica, na qual “Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores” (SEVERINO, 2007, p. 122), também se apresenta com caráter documental, porque é a partir de um material já impresso, no caso livro didático em questão que se desenvolve a análise.

A iniciativa da pesquisa com esse método de investigação surge por intermédio do processo de formação inicial na graduação em Pedagogia na instituição Universidade Estadual da Paraíba/ campus I-Campina Grande/PB, cursando o componente curricular “Culturas Afro-Brasileiras e Indígena” sendo ofertado na categoria de ensino remoto devido a pandemia da covid-19.

Para tanto, foi nos solicitado duas atividades sobre avaliação de um livro didático, a primeira, em que constasse em seus aspectos mais específicos a questão indígena levando em consideração informações sobre seu passado, a sua diversidade, a história do índio relacionada a fatos históricos importantes; a identificação da expressão

religiosa, sociocultural, habitacional, festividades, relações familiares; como se configura a contribuição do conhecimento indígena, para além das ervas medicinais, do vocabulário, artesanato; a desconsideração dos saberes indígenas está evidenciado em detrimento das expressões dos não-indígenas; a cristalização do imaginário preconceituoso aborda a exaltação do exotismo; o índio é caracterizado de forma submissa e ingênua; a temática indígena na atualidade; como se apresenta os conflitos territoriais e a brusca redução populacional; a elucidação da questão indígena e sua relevância na formação da sociedade brasileira; por fim a linguagem do livro, o conteúdo, a metodologia, as iconografias, as atividades contribuem para geração de reflexões sobre a cultura indígena.

A segunda parte é avaliar se o livro didático escolhido apresenta a cultura afro-indígena de maneira que mostra-se na formação étnica do Brasil como o negro é apresentado; os negros são citados no passado, como se não existissem; as contribuições tradicionais dos povos africanos; a abordagem da diversidade cultural local, o convívio social e a ética; a linguagem pode contribuir para gerar negação ou preconceito; o conteúdo representa eventos sociais, acontecimentos; a metodologia trabalha na perspectiva crítica reflexiva e discursiva; nas ilustrações o que as imagens revelam; nas atividades há espaço para reflexão; a família negra é ou não vista; e por fim nos textos fazem a criança pensar sobre a raça branca ser mais bonita e inteligente.

Desta maneira, através dessas indagações, o livro que tivemos acessibilidade em conformidade com para a elaboração desta pesquisa foi o livro “ENCONTROS”, da editora moderna, trazendo os respectivos componentes curriculares: Ciências, História e Geografia. Os autores são Denise Mendes que é Bacharel em História pela (PUC-SP), também mestre em História Social pela (FFLCH-USP), professora de história da rede particular de ensino e autora de coleções didáticas de ensino fundamental I, campo e educação de jovens e adultos; Mônica Jakievicius² é bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela (FFLCH-USP), especialista em metodologia do ensino de Biologia pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, entre outras formações profissionais e Roberto Giansanti³ é Bacharel em Geografia pela (FFLCH-USP) e licenciado pela (FE-USP), professor de Geografia das redes pública e particular de ensino. O livro é do 5º ano, 1ª edição, de 2018.

RESULTADOS E DSCUSSÕES

A cultura afro-indígena é uma temática que deve ser basilar no currículo escolar, ao que consta nas leis 10.639/03 e 11/645/08 mais precisamente sobre as disciplinas, a obrigatoriedade é dela estar presente nas áreas de Artes, Literatura e Histórias Brasileiras, sendo assim constatamos no referido livro “Encontros” um grave erro, porque ele não apresenta a história do povo indígena, isto quer dizer, a cultura indígena como fonte de conhecimento histórico para o educando foi negado, a partir deste material didático:

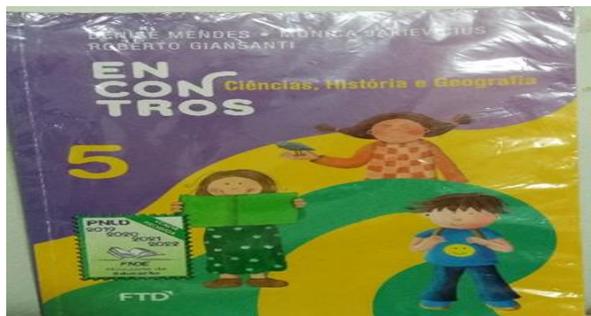


Foto: retirada do livro impresso e a figura representa a capa do livro.

O debate seguirá acerca somente da presença da cultura afro-brasileira no livro. Assim o negro é apresentado sob a perspectiva da origem da escravidão no Brasil, trazido sob forte influência da colonização para trabalhar nos canaviais, nesta página no livro é verificado que a escravidão indígena é trocada pela a dos africanos transportados da África em navios negreiros, nesta direção, “O negro foi, portanto, trazido para exercer o papel de força de trabalho compulsório numa estrutura que estava se organizando em função da grande lavoura” (PINSKY,2010, p.13), neste aspecto a preocupação estava em sugar a mão de obra do africano, sob a ótica da oferta de condições desumanas para os colonos obterem lucro.

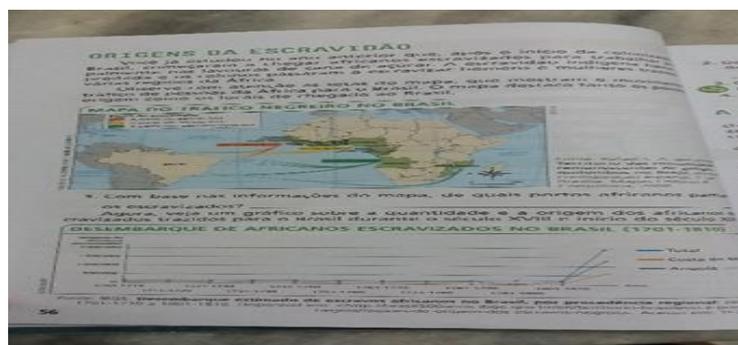


Foto: Página do livro impresso e a figura representa a origem da escravidão no Brasil contendo a imagem do mapa do tráfico negreiro no país.

Os negros são citados no passado, através da exposição sobre a África pré-colonial, inclusive nesta página do livro vem retratando a fonte de sobrevivência dos africanos, os mesmos praticavam a agricultura e a pecuária, faziam artesanato em ferro, madeira, couro e tecidos e comercializavam entre as regiões do continente africano. Vale lembrar que quando os portugueses chegam na África se deparam com culturas de vasta tradição.



Foto: página do livro impresso e a ilustração mostra detalhe de mapa do norte da África, em que um comerciante negocia o rei Mansa Musa que segura uma grande pepita de ouro.

A diversidade cultural local é identificada, a partir de uma sugestão de leitura, na qual aparece no rodapé onde o livro recomendado é “Histórias da Preta”, há pontos de perguntas dentro da sinopse, a exemplo “como é ser negro neste país”, porém não existência um aprofundamento sobre os costumes, hábitos e tradições da diversidade cultural local.

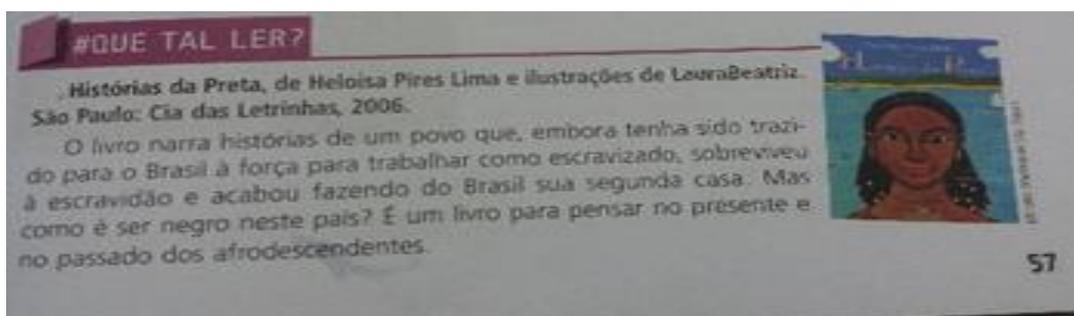


Foto: página do livro impresso e a ilustração traz uma alternativa de leitura para as crianças.

É necessário registrar outra observação, com discussão sobre a diversidade cultural no livro, está presente o tema “A DIVERSIDADE CULTURAL AFRICANA” exibindo o continente africano na sua divisão entre os países, os grupos étnicos que falam uma variedade de línguas incluindo a heterogeneidade participativa na arte, música, dança, culinária, crenças, histórias para contar e cada grupo é identificado por

um nome específico. Logo após o fragmento “LER PARA SE INFORMAR” traz para os educandos descobrirem o conceito sobre grupo étnico, em seguida é atribuída uma atividade com base na leitura do texto para desvendar o significado de etnia.

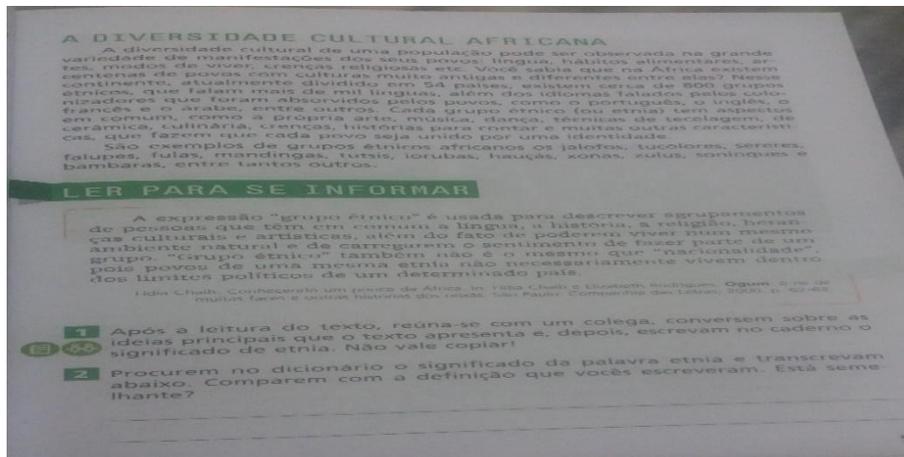


Foto: página do livro didático, ilustração de um texto e a seguir uma proposta de atividade.

Revela-se, assim ao do percurso do estudo deste livro que a linguagem oferece uma negação ao preconceito, pela enaltação da cultura africana a todo instante de uma página para outra, como também nos textos. O conteúdo mostra acontecimentos reais na história da escravidão do negro do Brasil, porém sentimos falta da presença de como era retratada a ocupação dos escravos no navio negreiro e o tratamento que lhes era ofertado ao chegar no Brasil.

A despeito da metodologia levanta-se o campo da reflexão, quando a proposta temática vem acompanhada de uma sugestão de pesquisa, já as imagens deixam a desejar, conforme não se mostra a crueldade em que viviam os negros e negras no período escravocrata no Brasil, contudo as atividades potencializa o desenvolvimento do pensamento crítico das crianças, por fim não é evidenciado a questão da raça branca ser mais inteligente que a negra, ao contrário na imagem a seguir veremos a individualidade cultural de cada sujeito africano anexado a uma das páginas do livro.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e indígena nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política e legal através das leis 10.639/03 e 11.645/08, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores.

Com a análise contida neste trabalho, evidenciou-se a necessidade de proporcionar aos alunos o acesso a documentos que revelem a contribuição do povo africano e indígena na construção da história do nosso país. Faz-se necessário, neste sentido, não só uma revisão nas edições de livros e materiais didáticos, como também a adequação dos currículos escolares para a promoção da discussão acerca da diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

Vale ressaltar que cabe aos educadores e principalmente às escolas, ambiente que tem o papel de promotora de debates e troca de conhecimentos, incluir no contexto dos estudos e atividades a discussão acerca dos povos de matriz africana e indígenas.

É preciso ter clareza que as leis exigem que se repensem as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas e procedimentos de ensino a fim de diminuir e aniquilar as atitudes de racismo, desigualdades e discriminações presentes no ambiente escolar. Este é o momento de reparação dos danos causados aos povos africanos, por séculos de trabalho escravo e discriminação por parte de uma minoria detentora do poder em nosso país.

E aos povos indígenas percebidos como bons, inocentes, mas ao mesmo tempo preguiçosos e violentos, especialmente quando são apresentados como obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento do país, isso quando aparece no livro didático, porque muitas vezes são esquecidos totalmente, como por exemplo, no livro que analisamos não tinha nenhum capítulo sobre eles. Este debate pertence a todos os brasileiros comprometidos com a formação de uma sociedade igualitária, democrática e justa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília/DF. Outubro, 2004. Disponível em:

<<http://diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/diretrizes.pdf>> Acesso em: 07 de nov. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 07 de nov. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em 07 de nov. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático: Histórico**. Brasília/DF. Outubro, 2017. Disponível em: <<http://fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livrodidatico/historico>> Acesso em: 07 de nov. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 08 de nov. de 2020.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais-Pluralidade cultural/Orientação sexual**. 3. ed. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001.

DREGUER, Ricardo. *Presente história/ Ricardo Dreguer, Cássia Marconi; coordenação pedagógica Neuza Sanchez Guelli, -5. Ed. São Paulo: Moderna, 2018.*

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro é um educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2017.

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. 21. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.30, n.60, p.13-33, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf>; DOI:10.1590/s0102-01882010000200002.